

Brasil paga mais US\$ 350 milhões com alta da "prime"

Nova Iorque — Pela terceira vez desde o dia 19 de março, quando estava em 11%, os maiores bancos americanos elevaram ontem a **prime rate**, que passou de 12% para 12,5%. O primeiro banco a fazê-lo foi o Chase Manhattan, seguido pelo Bank of America, Citibank, Manufacturers Hanover, Continental Illinois, First Bank of Chicago e outros. A única exceção entre os grandes bancos, ontem, ficou por conta do Morgan Guaranty, que manteve a sua **prime** em 12%.

Cada meio ponto percentual da elevação da **prime** equivale a cerca de 350 milhões de dólares de aumento na dívida brasileira. Com a elevação de ontem, a **prime** chegou a seu ponto mais alto desde outubro de 1981. Em Londres, a Libor (taxa do euromercado) chegou a 11,43%. A elevação da **prime**, segundo os economistas, deve-se à procura cada vez maior por financiamento nos EUA, por parte de compradores de casas, carros e — principalmente — por parte do Governo Federal, que precisa compensar o seu enorme déficit fiscal.

Executivo desapontado

Num ato pouco comum, a Casa Branca responsabilizou ontem o Federal Reserve, o banco central dos EUA, pelo último aumento da **prime**. O porta-voz da Presidência, Larry Speakes, disse que o Executivo sente-se "desapontado" pela ação do Federal Reserve.

Depois de informar que o Executivo tem pressionado o Federal Reserve para prover um crescimento suficiente dos meios de pagamento, para sustentar uma recuperação econômica não inflacionária, Speakes acrescentou: "Parece que o suprimento de moeda não está se acomodando com o crescimento econômico real". O porta-voz disse ainda que o Banco Central americano não está conseguindo cumprir as suas metas.

No Congresso americano, parlamentares chegaram a pedir que se estude a possibilidade de aprovar legislação limitando o crescimento das taxas de juros.

O mesmo tema — aplicado às dívidas dos países do Terceiro Mundo — continuava sendo discutido ontem no Federal Reserve de Nova Iorque, mas não foi possível obter qualquer detalhe das conversações que se encerram amanhã. Alguns banqueiros em Nova Iorque mostraram-se preocupados com o novo aumento da **prime**.

O Federal Reserve, no momento, está colocando na praça 16 bilhões de dólares em papéis do Governo a três, sete ou trinta anos, com o que está retirando

moeda de circulação. Além disso, com a recuperação da economia, aumentou a procura para financiamentos de casa própria, carros ou empréstimos pessoais. Alguns economistas lembram que o aumento das taxas de juros poderá diminuir o ritmo da economia como um todo.

Os juros e Reagan

Os compradores de casa própria nos EUA, que pagam agora juros de 14% ao ano, poderão estar pagando 15% em mais um mês, os financiamentos de carros também subirão de 14,5% para 15,5% e os empréstimos pessoais por dois anos irão de 18% para 19%. Com isso, estimam, a **prime** poderá subir a 13% ou 14% num período compreendido entre o final deste ano e o início do próximo, uma previsão ainda "favorável" quando comparada à feita pelo analista econômico Henri Kaufman, da corretora Solomon Brothers, que previu um aumento "brutal" da **prime** para algo em torno de 16% a 18% no próximo ano.

Isso poderá significar mais inflação e uma nova recessão semelhante à existente no final de 1980, quando a **prime** chegou a 21,5%. Para Ronald Reagan, às vésperas de sua entrada na campanha eleitoral, isso pode ser um mau começo. De qualquer forma, prevalecendo qualquer das estimativas, uma coisa é certa: as notícias não são nada boas para o Brasil, que toma seus empréstimos ligados à **prime**.

FRITZ UTZERI

FMI critica EUA por déficit fiscal

Washington — O FMI criticou ontem a política econômica dos Estados Unidos que, a seu ver, está solapando a recuperação econômica mundial e dificultando o pagamento da dívida externa dos países em desenvolvimento.

O Fundo registrou, em seu documento **World Economic Outlook**, que os déficits fiscais maciços acumulados no Governo Reagan (estima-se o de 1984 em 200 bilhões de dólares) elevaram as taxas de juros, produzindo profundos problemas econômicos.

"Juros mais altos vão desequilibrar o processo de recuperação, ao inibir os investimentos e, ao mesmo tempo, complicar o trabalho dos países em desenvolvimento altamente endividados para colocar em ordem sua situação financeira externa", advertiu o documento.